

Congresso apressa sua votação para poder entrar em recesso

24 JUN 1991

mas com definições que devem esperar até agosto.

É o caso das leis de inquilinato e de informática. A Câmara, segundo seu presidente, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), deve aprovar o projeto da nova lei de informática, que já tem acordo na Comissão de Ciência e Tecnologia, e do inquilinato, com destino semelhante nas três comissões permanentes que examinam as várias propostas tramitando no Congresso. Ambos os temas, no entanto, dependem dos senadores. O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), alerta que os assuntos são complexos e vão demandar mais do que uma semana para sua análise. A questão do aluguel, pode merecer uma atenção especial e seguir para as mãos do presidente Fernando Collor antes do recesso.

No Senado existe uma motivação — e muita pressão — para aprovar os planos de Custo e de Benefícios da Previdência Social. Com o amplo acordo garantido pelos deputados, pelas centrais sindicais e pela Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados), 81 senadores têm um bom argumento para apresentar a votação. Assim, é possível dispensar o trâmite normal, que envolve comissões, relatórios e discussões estendentes em torno do assunto que interessa diretamente 13 milhões de aposentados e pensionistas.

BRASÍLIA — Esta semana, a última de funcionamento do Congresso antes do recesso de 30 dias programado para começar no dia 1º de julho, os parlamentares terão de enfrentar um ritmo intenso de votações, examinando projetos como os das leis do inquilinato e informática, a regulamentação das eleições municipais de 1992 e a rolagem da dívida dos estados. Além disso, devem votar, sob pena de não entrarem em recesso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os projetos do inquilinato e da informática serão votados apenas pela Câmara e sua apreciação pelo Senado ficará para agosto. Mas a legislação eleitoral e a rolagem das dívidas dos estados já terão votações definitivas.

A questão das dívidas depende apenas dos senadores, que costumam fazer acordo em todos os finais de semestres para atender estados endividados ou com caixas próximos do estouro. As normas eleitorais, já aprovadas pelo Senado, são assunto urgente, porque a Constituição determina que qualquer alteração nas regras de uma eleição devem estar prontas um ano antes.

Também serão discutidos o 2º Plano Nacional de Informática (Planin), no Senado e os incentivos fiscais para exportação e a negociação coletiva de trabalho, na Câmara — sem chances de chegar ao

Palácio do Planalto para veto ou sanção presidencial antes de agosto. O início do recesso em 1º de julho vai depender da votação da LDO, pois a Constituição determina que o descanso de deputados e senadores não começará enquanto a LDO não for apreciada pelo plenário do Congresso.

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), líder do bloco governista na Câmara, prevê um recesso menor por causa da obstrução que o PT fará ao projeto da lei orçamentária. A bancada petista vai impedir a votação da LDO até que o Congresso defina a nova política salarial ou, pelo menos, o salário mínimo. O deputado José Genoino (SP), líder do PT, confirma que essa será atitude de seu partido.

Servidores — A Medida Provisória 296, que reajusta os vencimentos de parte dos servidores federais, espera ainda um acordo. Ricardo Fiúza aceita com uma promessa de reajuste geral para todos os funcionários públicos, com prazo a ser anunciado como uma última tentativa do governo de evitar uma derrota no plenário, como aconteceu na Comissão Mista que examinou a MP 296. As duas casas que compõem o Congresso preparam-se para uma semana cheia,

JORNAL DO BRASIL